

NIKOLAI I. BUKHARIN

A Economia Mundial e o Imperialismo

Esboço Econômico

Tradução de Raul de Carvalho

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

B949e
3.ed.

Bukharin, Nikolai Ivanovich, 1888-1938.

A economia mundial e o imperialismo : esboço econômico / Nikolai I. Bukharin ; tradução de Raul de Carvalho. — 3. ed. — São Paulo : Nova Cultural, 1988.
(Os economistas)

ISBN 85-13-00127-9

1. Capitalismo 2. Imperialismo 3. União Soviética - Condições econômicas I. Título. II. Série.

CDD-330.122

-325.32

-330.947

88-1232

Índices para catálogo sistemático:

1. Capitalismo : Economia 330.122
2. Imperialismo : Ciência política 325.32
3. União Soviética : História econômica 330.947



NOVA CULTURAL

1988

A Economia Mundial e o Estado Nacional

1. A reprodução do capital mundial e as raízes da expansão capitalista. —
2. A superprodução dos produtos industriais, a subprodução dos produtos agrícolas e a superprodução de capital, três aspectos de um mesmo fenómeno. —
3. O conflito entre a economia mundial e os limites do Estado nacional. —
4. O imperialismo, política do capital financeiro. —
5. A ideologia do imperialismo.

Os atritos e conflitos que fatalmente surgem na sociedade moderna conduzem, em seu desenvolvimento, à guerra, único meio, segundo os círculos dirigentes, de dar solução ao problema.

Esses atritos e conflitos devem-se, como vimos, às mudanças sobrevindas nas condições de reprodução do capital mundial. Edificada sobre um amontoado de elementos antagônicos, a sociedade capitalista só pode manter-se em relativo equilíbrio ao preço de crises dolorosas. A adaptação das diferentes peças do organismo social somente pode efetuar-se mediante formidável gasto improdutivo de energia e consideráveis falsos gastos, decorrentes da natureza da própria sociedade capitalista, expressão determinada de uma fase da evolução histórica.

Desnudamos os três objetivos essenciais da política de conquista dos Estados capitalistas contemporâneos: o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias, dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital — eis a que conduziram o novo desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em capital financeiro.

Ora, no fundo, essas três raízes da política do capitalismo financeiro são apenas três aspectos de um mesmo fenómeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção.

Na realidade, uma superprodução de produtos industriais é uma subprodução de produtos agrícolas. Quando ocorre, essa subprodução é, para nós, importante na medida em que a demanda da indústria é desmesuradamente alta, isto é, na medida em que as massas consideráveis de produtos fabricados pela indústria não podem ser trocadas por produtos da agricultura. Em outras palavras: na medida em que, entre esses dois ramos, o equilíbrio da produção se rompeu (e se rompe cada vez mais). Eis por que a indústria em crescimento procura um "complemento econômico" agrário, o que, no contexto do capitalismo — e, sobretudo, dada a existência de elementos monopolizadores, isto é, o capital financeiro — conduz fatalmente à subordinação dos países agrários, por meio da força militar.

Há pouco, tratava-se de troca. Ora, mesmo a exportação de capital não constitui um fenômeno isolado: repousa, como já vimos, sobre uma subprodução relativa de capital. Entretanto, e ainda uma vez, essa superprodução é apenas um novo aspecto da superprodução mercantil.

"A superprodução de capital", escreve Marx, "não passa de uma superprodução de meios de trabalho e de existência que, a um nível determinado, podem ser aplicados na exploração dos trabalhadores. (...) O capital compõe-se de mercadorias: a superprodução de capital pressupõe, por conseguinte, uma superprodução de mercadorias."¹

E inversamente: quando há redução da superprodução de capitais, há diminuição da superprodução de mercadorias. Desse modo, a exportação de capital, reduzindo a superprodução de capital, contribui para o decréscimo da superprodução mercantil. (Constatemos, entre parênteses, que se, por exemplo, exportam-se vigas de ferro para serem vendidas, trata-se aí de simples exportação mercantil; se a empresa que produziu as vigas funda, no exterior, um estabelecimento e exporta suas mercadorias para aparelhá-lo, trata-se, nesse momento, de exportação de capital; em tais condições, o critério está em saber se há ou não transação de venda e de compra.)

Ora, além de uma simples "rarefação", na medida em que esta resulta da exportação de capital sob forma mercantil, há ainda, como consequência, uma relação entre a exportação de capital e a redução da superprodução mercantil. Otto Bauer definiu muito bem essa relação.

"A exploração dos países economicamente atrasados, pelos capitalistas de

¹ MARX, Karl. *Le Capital*. Livro Terceiro. p. 273-279. É essa a razão por que os fatores determinantes da exportação de mercadorias (venda de mercadorias, matérias-primas, mão-de-obra etc.) podem igualmente determinar a exportação de capital. Consultar, a esse propósito, SCHUMACHER, Herman. *Wirtschaftliche Studien*. Leipzig, 1911: art. "Die Wanderungen der Grossindustrie in Deutschland und Vereinigten Staaten", sobretudo as p. 406-407.

um país europeu qualquer", diz ele, "tem, nessas condições, dois tipos de consequência: diretamente, a criação, para o capital, de novas esferas de investimento num país colonial, e, ao mesmo tempo, um escoamento maior de mercadorias para a indústria do país dominante. Indiretamente, novas áreas de investimento de capital no interior do país dominante e ampliação do mercado para os produtos da totalidade dos ramos de sua indústria."²

Assim, se se examina a questão em todas as suas facetas e, além disso, sob seu aspecto objetivo, isto é, do ponto de vista das condições de adaptação da sociedade moderna, constata-se crescente falta de harmonia entre a base da economia social do mundo e a estrutura de classe específica da sociedade, na qual a própria classe dirigente (a burguesia) se acha dividida em grupos nacionais, com interesses econômicos discordantes: grupos que, embora se contraponham ao proletariado mundial, atuam ao mesmo tempo, entre si, como concorrentes no processo de partilha da mais-valia produzida na totalidade do mundo. A produção reveste caráter social. A divisão internacional do trabalho faz dos modos nacionais de produção privada parte integrante do vasto processo universal de trabalho, que abarca a quase totalidade da humanidade. A assimilação reveste o caráter de uma assimilação nacional em que atuam, como agente, as poderosas uniões nacionais da burguesia financeira capitalista. No quadro estreito das fronteiras nacionais opera-se o desenvolvimento das forças produtivas que já desbordaram esse limite. Em tais condições, o conflito explode inexoravelmente. Ele se decide, em base capitalista, por meio do alargamento violento das fronteiras nacionais, cuja consequência é a provocação de novos e cada vez maiores conflitos.

Os diferentes grupos nacionalmente organizados da burguesia, com seus interesses contraditórios, constituem o agente social de propagação desse antagonismo. O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nívelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros. Não se poderia definir melhor do que o fez Hilferding os objetivos essenciais da política moderna.

"A política do capital financeiro", escreve ele, "procura tríplice objetivo. Em primeiro lugar, a criação de um território econômico tão vasto quanto possível. Em segundo lugar, a defesa desse território contra a concorrência estrangeira, por meio de barreiras aduaneiras. E, a seguir, em terceiro lugar, sua

² BAUER, Otto. *La Question Nationale et la Social-Démocratie*.

transformação em campo de exploração para os monopólios do país.”³

A expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do *dumping*. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo.

Essa política implica métodos violentos, pois a ampliação do território nacional é a guerra. Não se deduz daí, entretanto, que qualquer guerra e qualquer expansão do território nacional pressupõem uma política imperialista: o elemento determinante é o fato de a guerra ser a expressão da política do capital financeiro, tomado esse termo no sentido de que falamos precedentemente. Aqui, como em toda parte, nos deparamos novamente com certas formas intermediárias, cuja existência não compromete a definição essencial. Eis por que certas tentativas — como as do economista e sociólogo italiano muito conhecido, Achille Loria — de criar duas noções de imperialismo, que dissimulam “relações inteiramente heterogêneas”, são radicalmente falsas.⁴ Loria estabelece uma distinção entre imperialismo “econômico” e imperialismo “comercial”. O primeiro tem por objeto os países tropicais; o segundo, os países cujas condições são propícias à colonização européia. A força armada é o método do primeiro; os acordos pacíficos, o método do segundo. O primeiro não conhece nuances, nem graduações; o segundo tem o dom de conhecê-las, e utiliza, ao lado de um máximo de assimilação ou de uma união econômica única, uma fórmula elástica, como, por exemplo, as tarifas preferenciais entre colônias e metrópoles etc.

Tal é a teoria de Loria. É evidente que tudo isso são argumentos forçados. No fundo, tanto o imperialismo comercial como o imperialismo econômico constituem, como já vimos antes, a expressão de tendências idênticas. Se a barreira das tarifas alfandegárias e sua elevação não levaram, na fase atual, a um conflito armado, a ele conduzirão, na próxima fase. Assim, não é possível opor os “acordos pacíficos” à “força armada” (os acordos pacíficos da Inglaterra com as colônias são um agravamento das relações entre a Inglaterra e os demais países); igualmente, é impossível falar do caráter exclusivamente “tropical” do imperialismo “econômico”. O destino da Bélgica, da Galícia, da América do Sul, da China, da Turquia, da Persia é disso a melhor prova.

Recapitulemos. O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial deu um salto gigantesco no decorrer das últimas décadas. No processo de luta pela concorrência, a grande produção saiu vitoriosa em toda parte, agrupando os “magnatas do capital” numa férrea organização que estendeu seu domínio à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, entrelaçada num feixe único, por meio dos bancos. Esse processo de organização da produção partiu de baixo para consolidar-se nos marcos dos Estados modernos, transformados em intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das “economias nacionais” desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de trustee nacional de Estado. Por outro lado, o processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial se faz acompanhar por um agravamento extremo de sua concorrência recíproca. A superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas; a política de exportação dos cartéis e o estreitamento dos mercados, em consequência da política colonial e aduaneira das potências capitalistas; a crescente desproporção entre a indústria, com seu extraordinário desenvolvimento, e a agricultura retardatária; enfim, o alcance imenso da exportação de capital e a dependência econômica de países inteiros para com consórcios bancários nacionais levam o antagonismo entre os interesses dos grupos nacionais do capital ao paroxismo. Esses grupos vão buscar seu último argumento na força e na potência da organização do Estado — e, em primeiro plano, em sua frota e em seus exércitos. Um poderoso Estado militar é, na luta entre as potências, o trunfo derradeiro. Assim, a capacidade de combate no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. Uma unidade econômica e nacional que não baste a si mesma e que estenda infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro.

“Com olhar confiante, ele contempla a mescla babilônica dos povos e, acima das demais, vê sua própria nação. Ela é real, vive em seu Estado poderoso, multiplicando ininterruptamente sua força e seu poder. Consagra todas as suas forças a seu engrandecimento. Assim se obtém a subordinação dos interesses do indivíduo aos interesses gerais superiores que constituem a condição de toda ideologia social vital: o Estado — inimigo do povo — e a nação fazem apenas um, e a idéia nacional, força motriz, passa a subordinar-se à política. As condições de classe desapareceram, suprimidas, tragadas pelo fato de que tudo é posto a serviço dos interesses do todo. A luta de classe, perigosa, preenche de conseqüências desconhecidas para os possuidores, cede lugar às ações gerais da nação, cimentadas por idêntico objetivo: a grandeza nacional.”⁵

³ HILFERDING, Rudolph. *Le Capital Financier*, p. 435.

⁴ Ver LORIA, Achille. “Les Deux Notions de l’Impérialisme”. In: *Revue Économique Internationale*, 1907, t. III, p. 459 et seqs.

⁵ HILFERDING, R. *Op. cit.*, p. 515, tradução russa.

Os interesses do capital financeiro ocultam-se assim sob uma fórmula ideológica elevada que, por todos os meios, se procura inculcar na massa operária. Como, de seu ponto de vista, o faz ressaltar, com muita justeza, um imperialista alemão: "É necessário assentar sua autoridade não somente sobre os pés dos soldados, mas também sobre seu espírito e sobre seu coração".⁶

PARTE TERCEIRA

O Imperialismo, Reprodução Ampliada da Concorrência Capitalista

⁶ Die Deutsche Finanz-Reformen der Zukunft. Parte III de "Staatsreich oder Reformen" von Einem Ausland Deutschen. Zurique, 1907, p. 203.